



GEDES

Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 41/2019

Período: 09/11/2019 - 15/11/2019

GEDES – UNESP

- 1- Militares das Forças Armadas foram empregados para garantir a segurança da Cúpula dos Brics
- 2- Senado aprovou o uso da base de Alcântara pelos EUA
- 3- General Villas Boas comentou temáticas de Defesa no Brasil

1- Militares das Forças Armadas foram empregados para garantir a segurança da Cúpula dos Brics

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, cerca de 5.200 membros das Forças Armadas foram empregados para garantir a segurança do Encontro de Cúpula dos Brics na cidade de Brasília entre os dias 13 e 14 de novembro de 2019. Deste número, foram mobilizados 3.600 militares do Exército e 1.600 da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo o jornal, dentre as atividades executadas pelos militares estiveram a garantia da segurança do espaço aéreo da capital brasileira, o gerenciamento do fluxo de aeronaves no aeroporto internacional de Brasília e o controle do tráfego terrestre. Segundo o periódico, a FAB disponibilizou 40 aeronaves e artilheiros com mísseis teleguiados para a operação. Entre as aeronaves militares disponibilizadas estiveram os modelos: F-5M, H-90L Black Hawk, H-36 Caracal, E-99, e C-98 Caravan. De acordo com o *Correio*, a FAB informou que foram estipuladas três áreas de restrição para controlar o tráfego aéreo sobre a capital. Os militares da FAB foram autorizados a abater aeronaves que infringissem as regras de segurança e colocassem em risco os participantes do evento. A “área vermelha”, na qual qualquer aeronave foi proibida de voar, compreendeu um raio de 7,4 km. De acordo com o chefe do Estado-Maior Conjunto do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), major-brigadeiro do ar Ricardo César Mangrich, foi criado “um escudo em torno de Brasília, com caças de alta performance, de baixa performance para fazer frente a qualquer tipo de ameaça aérea ou desconhecido”. (*Correio Braziliense* – Economia – 12/11/19; *Correio Braziliense* – Economia – 13/11/19)

2- Senado aprovou o uso da base de Alcântara pelos EUA

Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o Senado brasileiro aprovou, no dia 12/11/19, o acordo de salvaguardas tecnológicas entre

Brasil e Estados Unidos (EUA) sobre o uso da base Alcântara, no estado do Maranhão para o lançamento de satélites, mísseis e foguetes estadunidenses. De acordo com os jornais, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto no mês de outubro. Segundo o *Correio*, o acordo garante a proteção de tecnologias utilizadas pelos EUA e viabilizaria o uso comercial da base. Segundo a *Folha*, estimativas do Ministério da Defesa apontam que o Brasil pode arrecadar cerca de 41 bilhões de reais por ano pela cessão da base. A *Folha* também informou que o capital adquirido pelo uso da base poderá ser usado no Programa Espacial Brasileiro. Os recursos não poderão ser investidos na compra ou fabricação de mísseis. De acordo com o periódico, o governo brasileiro elaborou um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas residentes em Alcântara para reativar e ampliar o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), comandado pela Força Aérea Brasileira. O governo também pretende criar uma empresa estatal para atuar como locadora de terrenos e equipamentos para que outros países lancem artefatos espaciais desde o CLA. O nome provisório para essa empresa é Alada. (*Correio Braziliense – Brasil – 13/11/19; Folha de S. Paulo – Ciência – 13/11/19*)

3- General Villas Bôas comentou temáticas de Defesa no Brasil

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, discorreu a respeito da relevância nacional das temáticas relacionadas à Defesa. De acordo com o general, há pouca consciência da sociedade sobre o assunto. Villas Bôas argumentou que, frente às novas configurações das relações internacionais, faz-se necessária uma "adequação pelos Estados nacionais dos seus aparatos de defesa" e uma maior atenção ao segmento. Segundo Villas Bôas, a primeira razão para a relevância dessas questões estaria relacionada à "consolidação da capacidade dissuasória", essencial ao país para assegurar o exercício da soberania e a defesa de seus interesses. A segunda razão refere-se à "concepção diversificada" do emprego das Forças Armadas. O ex-comandante postulou a ampliação do escopo de atuação de militares para além das missões de defesa que lhes são próprias. De acordo com Villas Bôas, o aumento das responsabilidades dos militares demandaria o desenvolvimento de capacidades e a expansão de recursos tanto humanos, quanto tecnológicos e financeiros. Segundo o general, "a rigor, é plausível afirmar que não há problema no território nacional que as Forças Armadas não possam – ou não devam – contribuir para sua solução". O terceiro motivo expressa-se na Estratégia Nacional de Defesa, que enfatiza a ligação entre investimentos em defesa e desenvolvimento socioeconômico. O quarto aspecto destacado pelo ex-comandante estaria relacionado à inovação na Base Industrial de Defesa, ou seja, à incorporação de novas tecnologias, capazes de gerar maior produtividade e crescimento socioeconômico. Villas Bôas concluiu ao afirmar que "nenhum país similar ao Brasil pode negligenciar impunemente o seu segmento de defesa". (*O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 14/11/19*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabela de Oliveira Guariza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Karina Hikari Thotusi (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Pontes Vinhô (Redator, graduando em Relações Internacionais); Renata Carol Cancian Mallmann (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).